



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

**Processo Legislativo Nº 18/2021**

**Projeto de Lei Nº 04/2021**

**Ementa:** “ESTABELECE OBRIGAÇÕES À CONCESSIONÁRIA QUE EXPLORA O SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA EM CONTRIBUIR, MENSALMENTE, COM UM PERCENTUAL DE SEU FATURAMENTO DA TAXA DE ESGOTO, AO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**Iniciativa:** Ben Hur Custódio de Oliveira

## PARECER CONJUNTO CJR Nº32/2021

### I – RELATÓRIO

O projeto de lei nº 2356/2021, de iniciativa do Prefeito Municipal, traz em sua ementa que “ESTABELECE OBRIGAÇÕES À CONCESSIONÁRIA QUE EXPLORA O SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA EM CONTRIBUIR, MENSALMENTE, COM UM PERCENTUAL DE SEU FATURAMENTO DA TAXA DE ESGOTO, AO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Em sua justificativa, o projeto aponta que o esgoto tende a poluir o solo, alterando suas características físico-químicas, representando grave ameaça à saúde pública, vindo a tornar o ambiente propício ao desenvolvimento de transmissores de doenças.

Assim, os recursos arrecadados e transferidos para o Fundo Municipal do Meio Ambiente serão utilizados para a implantação e implementação de programas de controle, preservação, conservação e/ou recuperação do meio ambiente, principalmente nas comunidades onde não haja saneamento básico.

### II – ANÁLISE

Segundo o inciso I do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, compete a Comissão de Justiça e Redação, conforme segue:

*“Art. 52º Compete*

*I - à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração da redação*



Assinado por **Aparecido Ramos Estevao, VEREADOR** em 19/03/2021 as 13:05:22.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA  
ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

*final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º; Art. 158; Art. 159, III e Art. 163, § 2º);”*

Tendo em vista o Art. 30º, inciso I da Constituição Federal e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, através do Art. 5, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local.

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

Segundo o art. 40, § 1º da Lei Orgânica do Município, que os projetos de lei podem ser de autoria de Vereadores:

*“Art. 40...*

*§ 1º – A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:*

*a) do Vereador;”*

No entanto, é de competência privativa do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que criem e estruturam as atribuições a entidades da administração pública, direta e indireta, inciso V do art. 41 da Lei Orgânica.

O parecer jurídico, anexo a este processo, conclui também que o Projeto de Lei Municipal é inconstitucional, por invadir a esfera de competência normativa privativa do Prefeito Municipal sobre a matéria regulada, tendo em vista que este projeto de lei disciplina sobre o Serviço Público do Município, sendo que sua competência é de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

### III – VOTO

Apesar da extrema relevância que tem o Projeto de Lei apresentado pelo vereador, o mesmo não pode ser de iniciativa do Poder Legislativo.

Diante das razões apresentadas acima, no que cabe à Comissão de Justiça e Redação analisar, como relator, **sou pelo arquivamento do presente projeto e que o mesmo seja encaminhado ao Poder Executivo por meio de indicação.**

Assinado por **Aparecido Ramos Estevao, VEREADOR** em 19/03/2021 as 13:05:22.





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - CJR

---

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de março de 2021.

***Ver. Aparecido da Reciclagem***  
Relator CJR



Assinado por **Aparecido Ramos Estevao, VEREADOR** em 19/03/2021 as 13:05:22.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

---

## DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

### VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada de maneira remota no dia 23 de março de 2021, os Vereadores Ben Hur Custódio de Oliveira e Pedro de Lima, membros da Comissão de Justiça e Redação, votaram favoráveis ao parecer 032/2021-CJR referente do Projeto de Lei nº 04/2021.

Araucária, 23 de março de 2021.



Assinado por **Ben Hur Custodio De Oliveira, Vereador** em 23/03/2021 as 16:08:29.  
Assinado por **Pedro Ferreira De Lima, VEREADOR** em 23/03/2021 as 16:15:53.